

Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação¹

Cristina Dotta Ortega (FFCLRP/USP)

Marilda Lopes Ginez de Lara (ECA/USP)

Resumo: Breve análise sobre documento enquanto objeto informacional, objetivando localizá-lo no âmbito estrito da Ciência da Informação. Parte da hipótese de que a noção contemporânea de documento deve ser abordada segundo sua condição de informatividade. Recupera historicamente o conceito de documento, partindo da versão clássica proposta por Paul Otlet e continuada por Suzanne Briet, posteriormente retomada por discípulos franceses e espanhóis. Dentre os pesquisadores franceses, apresenta-se como significativa a contribuição de Jean Meyriat e Robert Escarpit, os quais enfatizam a noção de informação para um conceito de documento que se dá a partir do seu uso. Finaliza sob a consideração de que o documento construído pela Ciência da Informação é, hoje, concebido simultaneamente como instância física e informativa que, sob ações e condições específicas contextualizadas, otimiza a circulação social do conhecimento.

Palavras-chave: Documento. Informação. Informatividade.

Abstract: The present work is a brief analysis about the document as an informational object, in order to locate it in the strict field of the Information Science. This analysis starts from the hypothesis that contemporary notion of document must be studied accordingly to its condition of informativeness. It recovers historically the concept of document, from the starting point of the classic version proposed by Paul Otlet and followed by Suzanne Briet, and subsequently, retaken by a number of French and Spanish scholars. Among the French researchers, it is detected the significant contribution of Jean Meyriat and Robert Escarpit, who links the notion of information to the concept of document, from the starting point of its use. It ends considering that the document's concept, built by the Information Science is, nowadays, simultaneously understood as physical and informative instances, which under specific contextualized actions and conditions, optimizes the social circulation knowledge.

Keywords: Document. Information. Informativeness.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT-01 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.

A Ciência da Informação estuda o conhecimento sob o ponto de vista dos registros que lhe conferem permanência e possibilitam seu acesso e uso. Tais registros constituem documentos que, para serem efetivamente informacionais, têm de ser construídos de modo a serem apropriados.

O objetivo deste trabalho é analisar a configuração do documento como objeto informacional, localizando-o, portanto, no âmbito estrito da Ciência da Informação. Do ponto de vista metodológico, procuraremos: recuperar como o conceito foi delineado historicamente e como ele se apresenta hoje quando se considera o papel da Ciência da Informação na promoção da circulação do conhecimento. Partimos da hipótese de que a noção de documento, na contemporaneidade, não pode ser abordada sem estar associada à sua condição de informatividade.

1. A noção de documento na versão clássica

O *Traité de Documentation*, publicado por Paul Otlet (1868-1944) em 1934, pode ser considerado uma das obras básicas da Ciência da Informação, por sua abrangência e pertinência. Otlet (1996, p. 10) considera que a área que propõe [a Documentação¹] atua elaborando, inicialmente, o “registro do pensamento humano e da realidade exterior em elementos de natureza material, ou seja, documentos”. Livro e documento, na sua perspectiva, constituem suporte para uma certa matéria e dimensão no qual constam signos representativos de certos dados intelectuais (OTLET, 1996, p. 43). Por convencer-se de que livro não abarca outros tipos de documentos, Otlet adota a forma ‘livro ou documento’, mantendo a primeira palavra apenas em regime de conservação dos usos (SAGREDO FERNÁNDEZ; IZQUIERDO ARROYO, 1983, p. 305).

Otlet parte da idéia de um termo genérico (*biblión* ou bibliograma ou documento) que cobriria todos os tipos como: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, e ainda os discos fotográficos e os filmes cinematográficos. Afirmar que *biblión* é a unidade intelectual e abstrata, “que se pode encontrar concreta e realmente, mas revestida de modalidades diversas”. Compara esta unidade “ao átomo na Física, à célula na Biologia, ao espírito na Psicologia e à admissão humana na Sociologia”. A unidade intelectual seria o pensamento e o livro um meio de produzir utilidades intelectuais (OTLET, 1996, p. 43, 44 e 46).

Suzanne Briet (1894-1989), funcionária da Biblioteca Nacional da França, foi uma das principais continuadoras de Otlet ao recolocar, após a Segunda Guerra Mundial, muitos dos princípios estabelecidos por ele, em especial por meio da obra clássica: *Qu'est-ce que la documentation?*, publicada em 1951.

Inicialmente Briet cita a definição de documento da UFOD (*Union Française des Organismes de Documentation*) (adotada em 1935, segundo FAYET-SCRIBE, 2001, p. 281): toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Propõe, em seguida, outra definição que julga mais atual e abstrata: o documento é todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual. Além do livro e das outras formas documentais que apareceram, como o artigo de revisão e o

artigo de jornal, cita que há obras inteiras, incluindo suas ilustrações, que são transferidas para microfimes ou microfichas (BRIET, 1951, p. 7 e 9).

Briet (1951, p. 24-25) adota a expressão ‘produção documentária’ para indicar a produção de documentos secundários pelas organizações de documentação a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e apenas conservados pelas organizações de documentação). Considera como documentos secundários as traduções, análises, boletins de documentação, fichários, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfimes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação.

Pelo exposto, verifica-se que as duas propostas já enunciam as questões de promoção do acesso à informação, hoje caras à Ciência da Informação. Pode-se propor, portanto, que os termos documento e Documentação já têm em germe a noção de informação tal como é entendida contemporaneamente.

2. A noção de documento dos discípulos da versão clássica

A abordagem sobre documento iniciada por Otlet foi consolidada por ele e seus discípulos, em especial em solo francês, de tal modo que a história da Documentação na França até a metade do século XX pode ser considerada a história da Documentação (como constatamos na obra de Fayet-Scribe, 2001).

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorre na Espanha uma retomada da Documentação, focando seus métodos e fundamentos. Lasso de la Vega (1969) se preocupa com os requisitos de tratamento da massa documental como passagem necessária para a produção científica. O traço em destaque é, portanto, a condição do trabalho sobre os documentos como condição para uma atividade científica.

Desantes Guanter, em prólogo à obra de López Yepes (1978) faz uma associação entre o documento e a informação, quando afirma que a documentação seria um dos possíveis objetos da informação. Tal associação reflete a configuração local espanhola denominada Ciências da Informação, a qual engloba Ciências da Comunicação e Ciências da Documentação. Segundo este autor, documentação e informação estariam amputadas em boa parte de seu campo de atuação, de estudo e de solução de problemas se forem mantidas afastadas uma da outra. Também afirma que a possibilidade de informação cresce com a documentação, torna-se mais potente, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. A documentação, como informação que é, tem seus dispositivos contra a infopoluição, contra a abundância excessiva de informação e contra a informação falsa ou de pouca qualidade. A documentação só se justifica se existe para ser informada, e todos os processos a que a documentação se submete se justificam somente se desembocam em um processo informativo, atual ou potencial. E por fim, afirmação simples mas extremamente significativa: a documentação que não é informação constitui uma contradição conceitual.

A relação entre Ciências da Informação e Ciências da Comunicação observada na Espanha foi provavelmente decorrente da influência francesa de movimento iniciado nos anos 60 e em grande medida legitimado nos anos 70 em função das ações de pesquisa promovidas pelo Comitê de Ciências da Informação e Comunicação (SIC), formado por Robert Escarpit, Jean Meyriat e Roland Barthes, entre outros (COUZINET, 2004, p. 23).

Com base em Escarpit (1981), Pinto (2001, p. 31-32) considera o documento como conservador permanente da informação e difusor discreto da mesma. A razão de ser do do-

cumento é a informação, cuja polissemia obriga a uma abordagem semântico-pragmática para conhecer, em cada momento, a que tipo de informação se refere. O documento, sob o ponto de vista de sua estrutura e função e de modo dicotômico, é caracterizado:

- Funcionalmente: o documento conserva dados (aspecto estático) e ao mesmo tempo informa; e
- Estruturalmente: o documento é *container* e difusor, assim como é forma e substância.

Para Meyriat (1981, p. 52-54), todo objeto pode tornar-se um documento. O desejo de obter uma informação é um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, ainda que o desejo de seu criador tenha sido outro. O documento não é um dado, mas o produto de uma vontade, aquela de informar ou de se informar, a segunda sendo sempre necessária, já que o desejo de fornecer informação pode não ter resposta do destinatário. É o usuário quem faz o documento.

Rodríguez Bravo (2002, p. 90) fala sobre a coincidência entre a proposta de Meyriat e a de Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 265). Segundo estes últimos, um documento só existe quando é utilizado como tal, ou seja, é o uso que decide sobre seu caráter documental. O documento é em si um objeto manufaturado que pode funcionar como documento propriamente ou como um objeto qualquer: um cartão postal não é um si um documento na mente e/ou intenção do autor, mas poderá passar a sê-lo se for utilizado como tal.

Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001) mostram que para Meyriat o documento tem uma função de prova e de suporte de informação que a fixa (MEYRIAT, 1981), podendo ser ‘produzido intencionalmente’ e/ou ter uma função atribuída (MEYRIAT, 1981, BIANCHI, 1981). A questão que ‘faz o documento’ [destaque nosso] é a de que o documento por intenção cedeu lugar ao documento por atribuição. Segundo Meyriat (1981), o ‘documento por atribuição’ não é criado como tal: o objeto pode vir a ser um documento do fato de que aquele que busca a informação, ou seja, que lhe reconhece uma significação, erige o mesmo em suporte de mensagem. Se todo o objeto pode vir a ser um documento, não quer dizer que todo objeto tem por função normal ser suporte de informação, mas que esta pode ser uma de suas funções.

Se o usuário faz o documento, como diz Meyriat, podemos inferir que usuários, para ele, são todas as pessoas envolvidas nos processos de produção e uso de informação, incluindo os profissionais de informação e de áreas correlatas. Neste sentido, produtores e usuários sempre estiveram próximos ou se misturaram na mesma pessoa, como se observa hoje no ambiente da Internet.

Para Couzinet, Régimbeau e Courbières, que objetivaram retomar e homenagear Meyriat, esta reflexão sobre a noção de documento re-liga informação, significação e processos de recepção e coloca as bases de toda a pesquisa sobre o assunto.

A distinção entre ‘documento por atribuição’ e ‘documento por intenção’ foi revista e desenvolvida por Hubert Fondin (1995), mas de uma forma geral esta noção foi pouco trabalhada na França nos últimos anos. Couzinet, Régimbeau e Courbières (2001) reconhecem a pesquisa de Fondin e afirmam que pesquisadores de Ciência da Informação dos Estados Unidos, como Buckland e Day, têm desenvolvido esta concepção de ‘documento por atribuição’ como definida por Meyriat em 1981. Entendem que, ainda que estes pesquisadores conheçam os pioneiros europeus como Briet e Otlet, ignoram os trabalhos dos pesquisadores franceses

das Ciências da Informação e Comunicação (SIC) – que citamos anteriormente – os quais contribuíram para precisar o termo ‘documento’.

De nossa parte, reforçamos a relevância, densidade e atualidade da obra de autores da linha francesa como Meyriat e Escarpit, cuja dimensão histórica e interdisciplinar parece não ter par frente às obras atuais. Da mesma forma, causa-nos perplexidade o não reconhecimento destes avanços sobre a área. Se estes autores não foram superados, mas também não são conhecidos, como comentamos, tendem a ser reinventados, o que pode levar a grandes esforços sem, necessariamente, a mesma qualidade. Observamos também que vícios de pesquisa estadunidenses repetem-se no Brasil, ainda que, neste caso, relações institucionais deste país com os autores franceses que escreveram sobre Meyriat tenham possibilitado relativa disseminação dessa abordagem.

3. A noção de documento em versões anglo-saxãs

Buckland (1991, p. 43, 44, 46 e 47) trata da ‘informação como coisa’, ‘informação como conhecimento’ e ‘informação como processo’ e propõe a primeira como noção de informação pertinente à Ciência da Informação. Frente à pergunta ‘o que é informativo?’, o autor propõe abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados ‘informação como coisa’ e inverter a abordagem perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Com base nesta inversão, afirma concordar com Wersig (1979), para quem a informação supõe ao menos duas pessoas: uma que diz (pela fala, escrita, impressão, sinais) e outra que ouve, lê, observa. Também cita Heilprin (1974, p. 124) que, de outro modo, declara que a Ciência da Informação é a ciência de propagação de mensagens humanas significativas.

Buckland trata da definição genérica de documento – qualquer recurso informacional físico – formulada pelo movimento documentalista do início do século XX. Segundo ele, Olet, Briet e outros documentalistas afirmam que:

- a documentação deve estar preocupada com objetos potencialmente informativos;
- nem todos os objetos potencialmente informativos são documentos no sentido tradicional de textos sobre papel; e,
- outros objetos informativos como pessoas, produtos, eventos e objetos de museu não devem ser excluídos.

Desta forma, entende que, até este momento, a exceção da contribuição de Wersig (1980), há uma ênfase para formas de comunicação como dados, textos, imagens e inscrições.

Frohmann (2004, p. 405-406) baseia-se nas idéias de L. Wittgenstein, para quem o estudo de práticas com documentos (ou inscrições), em toda sua variedade, leva a um conjunto de conceitos fundamentais para pensar filosoficamente sobre informação, mais que estudos centrados em uma abordagem teórica e filosófica da natureza da informação. Entende, por isso, que a documentação cobre um terreno maior que o dos estudos de informação (*information studies*) e que uma implicação do foco sobre práticas documentárias para uma filosofia da informação é a de que esta filosofia é subordinada à filosofia da documentação.

Em texto posterior, Frohmann (2006) critica a rejeição dos estudos de informação que envolvem os documentos, os quais foram por muito tempo considerados antigos e retrógrados. Retoma a idéia de que o conceito de materialidade traz uma compreensão mais rica do

caráter social e público da informação na atualidade. Se o documento nomeia a materialidade da informação e se sua materialidade é importante para compreender os aspectos sociais e públicos da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes aos estudos de informação. Ou seja, segundo ele, as pesquisas sobre materialização da informação por meio da documentação podem identificar os campos de força – institucional, tecnológica, política e cultural – que configuram características sociais e públicas da informação na atualidade. Frohmann baseia-se em Foucault para quem a documentação tem um papel mais significativo que o da comunicação da informação, antes relacionado ao processo que ele chama de ‘escrita disciplinar’ que envolve indivíduos e circuitos específicos institucionais. Para Frohmann, a ponte entre a análise do discurso, ou das enunciações, proposta por Foucault, e os estudos da materialidade da informação é a documentação: as práticas documentárias institucionais fornecem à informação peso, massa, inércia e estabilidade que materializam a mesma a tal ponto que podem configurar profundamente a vida social.

Frohmann (2004, p. 405) afirma que estudos sociais da ciência mostram que até mesmo a informação científica depende, para sua emergência, de práticas documentárias culturalmente específicas, historicamente determinadas e institucionalmente disciplinadas.

Observada a relevância dada por Frohmann à documentação, questionamos em que medida ele faz referência ao conjunto de técnicas de organização da informação visando recuperação, acesso e uso. Isto porque o autor parece antes entender documentação como registro ou materialização da informação, ou seja, como produção documentada do conhecimento em seus condicionantes institucionais. Aborda o termo, portanto, como conjunto de documentos e como estes são produzidos em sua forma e conteúdo e em função da relação que mantêm entre si neste conjunto que é operado institucionalmente. Consideramos estes aspectos como uma parte da noção de Documentação com que trabalhamos e, portanto, não denominamos os mesmos como ‘práticas documentárias’, apenas como ‘práticas de produção e uso de documentos’, uma vez que não consideram o trato com a massa documental de forma a criar ou intervir em um fluxo documentário, com base em uma perspectiva de comunicação documentária². Dada nossa concordância com os estudos de Frohmann e a contribuição a este trabalho, ressaltamos a recorrente constatação sobre a produção em idioma inglês quanto a uma parcial compreensão sobre a dimensão da Documentação, ainda que este autor, em especial, desenvolva de forma rica o aspecto que abordou.

Interessa-nos especialmente a abordagem de Frohmann (2004, p. 387) quanto à informatividade dos documentos. Segundo ele, trata-se das propriedades das práticas documentárias, as quais ocorrem em quatro grandes categorias relativas ao documento: sua materialidade; seus lugares institucionais; modos pelos quais eles são socialmente disciplinados; e sua contingência histórica. Para Frohmann, informatividade refere-se aos fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos.

De outro modo, diríamos que informatividade refere-se a como objetos tornam-se informativos, constituindo-se como documentos. Esta noção nos remete àquelas apresentadas pelos autores franceses Escarpit e Meyriat, citadas anteriormente.

4. A corrente dominante de Ciência da Informação

Para uma avaliação das implicações atuais da noção de documento apresentadas anteriormente, tratamos a seguir do cenário em que as mesmas estão inseridas, discorrendo sobre alguns aspectos que caracterizam a corrente dominante de Ciência da Informação.

Vamos nos pautar na análise realizada por Fondin (2005), que retrata a história da Ciência da Informação surgida nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos como aquela constituída por pesquisas de especialistas americanos do tratamento automático da informação em um contexto científico e técnico. A esta origem exclusivamente estadunidense, denomina de visão ‘histórica’ e considera a corrente dominante em Ciência da Informação.

Fondin entende que esta visão levanta problemas, inclusive nos Estados Unidos, em função da confiança em um progresso técnico que permitiria conceber e realizar um sistema de informação documentária (SID) ‘perfeito’, ou seja, capaz de fornecer toda ‘boa informação’ [destaque nosso], e só esta, àqueles que têm necessidade, e sob uma forma adequada. Nesta visão, o interesse de pesquisadores em técnicas de tratamento, armazenamento, busca e difusão de documentos e seus conteúdos segundo a perspectiva documentária (a de fornecer informação à...) partiu para uma abordagem mais global sobre informação que acabou por gerar indefinição e ambigüidade.

Afirma que as ambigüidades e contradições desta abordagem são evidentes no início do século XXI (mas têm início na década de 90) e explicam as divergências de pontos de vista expressos por um número cada vez maior de pesquisadores em Ciência da Informação. Também lembra que estas divergências justificam as perguntas daqueles que são de fora da Ciência da Informação relativas ao que seja esta área.

Ao questionar a convivência de diversas abordagens em Ciência da Informação, Fondin pergunta se esta área pode ao mesmo tempo ser a ciência da difusão dos saberes e a ciência da busca documentária. Contrapõe afirmando que ela não poderia ter como objeto de estudo os fenômenos primários e os fenômenos secundários de produção e difusão do conhecimento. Este autor acredita que, de fato, trata-se de justaposição de fenômenos e seus sistemas correspondentes pois a única dependência entre eles é cronológica e sua única ligação é o documento em sua materialidade. Observamos que o foco na produção e difusão dos saberes aproxima-se daquele explorado por Frohmann, tratado anteriormente.

Fondin afirma que muitas ciências estudam os fenômenos da vida e do movimento e integram este conceito e a palavra ‘informação’ em seu vocabulário explicativo, como a Física, Biologia, Direito, Ciência da Comunicação, Ciência da Informação (diríamos também Psicologia, Sociologia, Ciência da Computação). A informação é objeto de estudo de todas estas ciências, pois um objeto social não pertence de direito a nenhuma delas. Dado este quadro, Fondin pergunta qual especificidade científica a Ciência da Informação reivindica em torno do objeto informação, uma vez que ela não pode pretender estudar todos os conteúdos de todas as mensagens em suas entidades correspondentes.

Portanto, a retomada da noção de documento originada nesta linha denominada Documentação, nos parece profícua já que se refere à sua condição de informatividade.

Considerações finais

A revisão de algumas propostas em torno do documento para a Documentação, e posteriormente para a Ciência da Informação, tende a mostrar que seu objeto não seria o conhecimento de uma área, nem a informação – registrada ou não –, do que decorre que também não seria o documento. Não seria, ainda, o sistema de informação documentária, ou o usuário de informação. As propostas tendem a corroborar a idéia de que este objeto seja as ações que

visam a promoção do acesso e uso da informação. Por meio da informação institucional³ fundada a partir de hipóteses de organização, a atividade documentária visa a informatividade.

Na construção da informação institucional os documentos criados pela Ciência da Informação assemelham-se à idéia dos ‘documentos secundários’ conforme sugeriu Briet. Incluem, hoje, os registros que compõem o sistema documentário no sentido estrito, bem como os produtos documentários derivados, caso das sistematizações feitas pela Ciência da Informação que se aproximam da idéia dos dossiês, de Otlet, combinando dados de diferentes fontes. A atividade documentária desenvolve-se, nesse sentido, a partir da intenção de construir registros que possam ser informativos, considerando não apenas as características extrínsecas do documento original (do autor), como sua possibilidade de recepção (possibilidade de aderência).

Dito de outro modo, tais registros procuram otimizar a possibilidade de uso – e de interpretação, caracterizando-se, assim, como produtos que, elaborados por meio de procedimentos metodológicos específicos, permitem à Ciência da Informação exercer sua função social. Observa-se, no entanto, que a intencionalidade da atividade documentária não implica automaticamente seu uso efetivo traduzido em apropriação. Como afirmou Peñuela Canizal (1987), a informação da linguagem é diferente da informação da mensagem.

Em conclusão, pode-se dizer que a especificidade da Ciência da Informação é a de construir novos documentos a partir de documentos originais (de autor) ou de dados esparsos (como nos dossiês). Sua função principal é realizar a mediação entre objetos potencialmente informativos e pessoas potencialmente usuárias da informação. A Ciência da Informação seria a ciência das mensagens na ótica de Capurro (2003), assim como na de Heilprin (1974), citado anteriormente. O documento construído pela Ciência da Informação é, hoje, concebido simultaneamente como instância física e informativa que, sob ações e condições específicas contextualizadas, otimiza a circulação social do conhecimento.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, Anne-Marie (1981). *Propos sur le document. Schéma et Schématisation*, 2º trimestre, n. 14, p. 47-50.
- BRIET, Suzanne (1951). **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>>. Acesso em: 29 abr. 2008.
- BUCKLAND, Michael (1991). **Information and information systems**. New York: Praeger. 225 p.
- CAPURRO, Rafael (2003). Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 10-14 nov. 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte. (Publicação em CD-ROM).
- COUZINET, Viviane (2004). Olhar crítico sobre as Ciências da Informação na França. In: WORKSHOP EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11 e 12 nov. 2004, Niterói. **Anais...** Niterói: ANCIB ; UFF. 191 p.
- COUZINET, Viviane; RÉGIMBEAU, Gérard; COURBIÈRES, Caroline (2001). Sur le document: notion, travaux et propositions. In: COUZINET, Viviane; RAUZIER, Jean-Michel

(Col.). **Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation**. Paris: ADBS Éditions. p. 467-506.

DESANTES GUANTER, José Maria (1978). Prólogo. In: LÓPEZ YEPES, José. **Teoría de la Documentación**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA). 337 p. p. XVII-XXV.

ESCARPIT, Robert (1981). **Teoría general de la información y de la comunicación**. Barcelona: Icaria. (Tradução de: L'information et la communication: théorie générale. Paris: Hachette Superior, 1976. 222 p. Também publicado em 1991 pela mesma editora na série Hachette Université Communication).

FAYET-SCRIBE, Sylvie (2001). **Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937**. Paris: CNRS Editions. (CNRS Histoire).

FONDIN, Hubert (1995). L'information documentaire: théorie et pratique. In: BENOIT, Denis. (Dir.) **Introduction aux sciences de l'information et de la communication**. Paris: Les Editions d'Organisation. 414 p. p. 281-326.

FONDIN, Hubert (2005). La science de l'information ou le pois de l'histoire. **Les enjeux de l'information et de la communication**, Grenoble. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html>. Acesso em: 29 abr. 2008.

FROHMANN, Bernd (2004). Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3.

FROHMANN, Bernd (2006). O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 19 a 22 nov. 2006, Marília. **Anais...** Marília. (Publicação em CD-ROM).

HEILPRIN, L. (1974). Operational definitions. In: DEBONS, A. (Ed.). NATO Advanced Study Institute in Information Science, Champion, 1972. **Information Science: search for identity**. New York: Marcel Dekker.

LARA, Marilda Lopes Ginez de (1993). **Representação documentária: em jogo a significação**. São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.

LASSO DE LA VEGA, Javier (1969). **Manual de documentación: las técnicas para la investigación y redacción de los trabajos científicos y de ingeniería**. Barcelona: Labor.

MEYRIAT, Jean (1981). Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, 2º trimestre, n. 14, p. 51-63.

OTLET, Paul (1934). **Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum. 431 p.

OTLET, Paul (1996). **El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Traduzido por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. (Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p.).

PEÑUELA CANIZAL, Eduardo (1987). Prefácio. In: LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. 10. ed. São Paulo: Cultrix. p. 9-14.

PINTO, Maria (2001). **El resumen documental: paradigmas, modelos y métodos**. 2. ed. corr. e atual. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez. 382 p. (Biblioteca del libro).

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca (2002). **El documento**: entre la tradición y la renovación. Gijón: Trea. (Biblioteconomía y administración cultural, 67).

SAGREDO FERNÁNDEZ, Félix; IZQUIERDO ARROYO, José Maria (1983). **Concepción lógico-lingüística de la Documentación**. Madrid: IBERCOM. 440 p.

SMIT, Johanna W. (2000). Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36.

WERSIG, Gernot (1979). The problematic situation as a basic concept of Information Science in the framework of the Social Sciences: a reply to Belkin. In: INTERNATIONAL FEDERATION DOCUMENTATION. **Theoretical problems of Informatics**: new trends in Informatics and its Terminology. Moscow: VINITI. p. 48-57. (FID 568).

WERSIG, Gernot (1980). Informationstätigkeit. In: LAISIEPEN, K. *et al.* **Grundlagen der praktischen Information und Dokumentation**: Eine Einführung. p. 161-192. Munich: Saur.

¹ Adotamos aqui a forma ‘documentação’ para indicar o conjunto de técnicas de organização da informação visando recuperação, acesso e uso e a forma ‘Documentação’ implicando a área que estuda os fundamentos e métodos relacionados a estas técnicas.

² Comunicação documentária é um “processo que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação” (LARA, 1993, p. 4).

³ Para Smit (2000, p. 34), ‘institucionalização da informação’ é o processo de estocagem e registro de informações, uma vez ser decorrente de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Este produto que a área realiza “confere *status* a certas informações e o nega a outras. A informação, ao ser institucionalizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída, é organizada em nome de objetivos institucionais. A institucionalização da informação encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque”.